

ECOLIMITE E CONTENÇÃO DE FAVELA: O CASO DO MURO DA FAVELA SANTA MARTA.

LAERTE COSTA SILVA
IPPUR/ UFRJ
laertes@bol.com.br

1. Histórico da Favela Santa Marta.

A favela Santa Marta localiza-se em Botafogo, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, um dos mais valorizados bairros da cidade. Localiza-se próximo à Rua São Clemente, uma das principais vias do bairro. A área que ocupa corresponde à parte da antiga Chácara de Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras (1804- 1880) no século XIX¹.

De acordo com informações da Associação de Moradores e Amigos de Botafogo, havia no local uma capela e a partir de meados da década de 20 a igreja, permitiu que operários pobres e suas famílias estabelecessem moradia no Morro Dona Marta, dando início ao processo de ocupação da área.

A primeira favela de Botafogo, no entanto, foi no Morro São João, que contabilizava no recenseamento de 1920, 63 barracos. Treze anos depois, São João estava deserto. Todos migraram para o Santa Marta atraídos pela oferta de trabalho nas obras do colégio Santo Inácio e terras no morro oferecidas pela igreja. A duração de trinta anos da obra do colégio garantiu emprego para esses moradores.

O crescimento urbano na orla de Botafogo e em Copacabana, marcado pela construção de prédios altos, contribuiu para a expansão de postos de trabalho para os moradores da Favela Santa Marta. Já em 1950, o censo realizado naquele ano registrava 1632 habitantes no Dona Marta, sendo 787 homens e 845 mulheres. 1355 eram maiores de cinco anos. Destes, 627 sabiam ler e escrever e 728 eram analfabetos. Na década de 1960, com o governador Carlos Lacerda, muitas favelas foram removidas na Zona Sul, conforme já abordado neste trabalho. Em Botafogo foram removidas as favelas do Pasmado e Macedo Sobrinho. A favela Santa Marta, no entanto, escapou, tendo em vista a estabilidade já conquistada no bairro por seus moradores e a propriedade dos terrenos pelos jesuítas,

Em 1979, existiam no Morro (ainda) Dona Marta² 2421 habitações, com população estimada de 12.105 habitantes, que se espalhavam por uma área de 55.540m². Era a maior das oito favelas do bairro, acumulando 2/3 da população favelada de Botafogo, com média de 1.051 habitantes por hectare.

¹ http://www.amabotafogo.org.br/historia/santa_marta.asp. Último acesso em 07/09/2014.

² Em 1980, os moradores da favela Dona Marta se uniram e resolveram rebatizá-la para Santa Marta. Fonte: http://www.amabotafogo.org.br/historia/santa_marta.asp

Na década de 1980, com a ascensão do narcotráfico na cidade do Rio de Janeiro, a favela Santa Marta foi territorializada por traficantes e se tornou ponto de venda de drogas. Na década seguinte, houve a gravação de um videoclipe de Michael Jackson na favela (1995). Anos mais tarde, após a morte do cantor, em 2009, a laje utilizada para a gravação do clipe tornou-se um monumento em sua homenagem.

É interessante observar a evolução populacional da favela Santa Marta, números que certamente também dizem muito sobre sua história. Em 1980 a população residente no morro era de 5.356 moradores, em 1993 esse número aumentou para 9.640. Esse intervalo de tempo marca o período da redemocratização no Brasil, com a Constituição de 1988 cujo ideário da reforma urbana consolidou o princípio da não- remoção, conforme já abordado neste trabalho.

O Censo Demográfico de 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) registrou 4.520 moradores em 1262 domicílios e o Censo Demográfico de 2010 constatou 3.908 moradores em 1.176 domicílios. A queda do número de habitantes nesta última década pode ser explicada pelo novo contexto de controle sobre as favelas, sobretudo nas áreas mais valorizadas da cidade, onde coexistem ações de remoção, contenção e o processo de “remoção branca”.

2. A escolha do Santa Marta:

No contexto de preparação para os mega- eventos esportivos de 2014 e 2016 (Copa do Mundo e Olimpíadas) a favela de Santa Marta foi escolhida como caso exemplar para as políticas públicas destinadas para as favelas. Vale recordar que esta favela havia se tornado conhecida especialmente por alocar cenário de vídeo do popstar Michael Jackson em ano anterior, mostrando-se como bom exemplo para ilustração de ações sobre as favelas. Em 2009, o Santa Marta foi a primeira favela a receber uma sede da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e também, neste mesmo ano, a primeira a receber um eco- limite sob a forma de muro,

A escolha da favela Santa Marta para ser a primeira a receber o muro do projeto do Governo do Estado é questionável considerando seu crescimento horizontal negativo nos últimos anos, conforme mostram dados do Instituto Pereira Passos (IPP). Além disso, como já mencionado, a favela teve queda no número de moradores na última década.

A inserção do muro na favela Santa Marta deve ser compreendida, então, num contexto mais amplo, considerando outras políticas públicas implantadas na favela e o seu contexto geográfico na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com O Globo (28/03/2009, p. 16) a previsão do projeto foi a construção de 634 metros de muro na Favela Santa Marta. Nesta reportagem, o presidente da EMOP (Empresa de Obras

Públicas), o muro erguido nas comunidades teria o mesmo padrão: feito de concreto, com base em vergalhões de ferro, com três metros de altura. Segundo ele, em todo o projeto (incluindo 12 favelas) havia a previsão de que 550 casas tivessem de ser derrubadas e os moradores, indenizados ou realocados.

Figura 1- Construção do muro na favela Santa Marta.



NO MORRO DONA MARTA, em Botafogo, operários trabalham na construção do muro: já foram concluídos 55 dos quase 900 metros previstos na comunidade

Fonte: O Globo, 28/03/2009, p. 16.

Este conflito envolvendo a remoção está presente na favela Santa Marta, pois segundo informações obtidas junto a moradores, há o intuito de remover moradores do pico do morro, mas estes resistem e não pretendem deixar o local.

O processo de remoção indireta também pôde ser observado no contato com os moradores, que relataram o aumento do custo de vida com a cobrança de taxas antes inexistentes, o que ocorreu após a implantação de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): “a situação tem obrigado as pessoas a saírem daqui, porque aumentou luz, água, escravizando a população”, informou o morador C.A.

Em relação ao muro, registrou-se predominantemente uma impressão negativa, mas cabe registrar que não foram entrevistados moradores numa amostragem suficiente para estabelecer um parecer a respeito da opinião dos moradores da favela.

No entanto, para ilustrar, cabe registrar as opiniões anotadas a respeito do muro, em sua maioria, contrárias ao projeto. Para P.C., morador da favela, o muro “é uma prova de quem está no poder é quem manda”, ao ser indagado se os moradores foram consultados sobre o projeto ou se houve diálogo com o governo, este respondeu negativamente. Sobre os resultados do projeto, ele acrescentou que “atrapalha a circulação. Nós vamos para o mato pegar fruto. Nós ficamos presos. Isso aqui ficou tipo um presídio, muro de um lado, muro do outro e a polícia no meio”, disse ele referindo-se ao eco-limite e à UPP instalada na favela.

Outros moradores acrescentaram o fato de considerarem o muro “desnecessário”. O morador D.C, por exemplo, afirmou: “não acho muito útil não, as pessoas pulam, é meio desnecessário. Os muros têm buracos e passagem. Já C.A fez uma crítica em relação ao custo do projeto: “acho que deve ser construído casa para a população (...) pelo dinheiro gasto, deveria haver maior discussão”, disse ele, mostrando claramente a preferência por outros projetos na favela em detrimento do muro.

A impressão registrada, portanto, foi predominantemente negativa, pois os moradores criticaram a falta de diálogo do poder público com os moradores na construção do muro, apontaram a possibilidade de implementar outros projetos com os recursos gastos na construção do muro e registraram o desconforto com a obra, mencionando o prejuízo à circulação dos moradores e impacto em atividades cotidianas.

Esse caso ilustra os embates políticos que acompanharam o projeto de construção de muros em favelas na cidade do Rio de Janeiro. Como já observado neste trabalho, esta discussão remonta ao início da década de 2000, embora tenha sido operacionalizada no final dos anos 2009, tendo a favela Santa Marta como um caso exemplar.

Considerando o intenso debate público gerado pela construção deste muro, relatado mais abaixo, a negativa dos moradores e consequente repercussão negativa, o governo recuou no objetivo de construção dos demais muros. O muro que seria construído na Rocinha, por exemplo, foi substituído pelo Parque Ecológico da Rocinha. A escolha de ilustrar a materialização da política estudada na favela Santa Marta também levou em consideração este fato.

Este muro, então, representou um caso emblemático da política de contenção das favelas a partir dos eco- limites, cuja evolução a partir de 2001 foi analisada neste trabalho.

Em razão disso, é importante descrever o processo de implantação do eco- limite no Santa Marta e analisar os diversos discursos envolvidos no processo de implantação da política neste território de modo a ilustrar a implantação de eco- limites num território específico e levando em consideração o fato desta favela ter sido a de maior repercussão quanto à implantação da referida política.

3. Características físicas da favela Santa Marta.

Atualmente, a favela é delimitada pelo muro (à esquerda) e pelo Plano Inclinado (à direita). Este delimita as áreas com maior concentração de moradias (estações 3 e 4). Na estação 3 é onde se faz baldeação para a linha 2, que segue até a estação 5. É também a partir da estação 3 que se tem acesso aos prédios coloridos, apelidados pelos moradores de “Jambalaya”, construídos recentemente para abrigar os removidos das áreas de risco. A estação 4 dá acesso ao “Espaço Michael Jackson”, onde, em 1996, o popstar americano gravou um videoclipe, como já mencionado. A estação 5 leva ao lugar conhecido como “pico”, parte mais alta do morro, onde está localizada a sede da UPP. Os moradores referem-se ao pico como um local de moradias mais precárias. Neste lugar, encontra-se o chamado “Campinho do Pico”, onde, segundo os moradores, ocorriam os enfrentamentos entre os traficantes e a polícia, que chegava pelo alto, através da rua Mundo Novo (Cunha & Melo, 2012, p. 451).

Outra área bastante conhecida pelos moradores é a “Arena”, onde serão construídos conjuntos de prédios para a realocação daqueles que ainda se encontram em áreas de risco, sobretudo das moradias do pico, embora seus moradores não aproveem a nova localização, identificando a área como uma espécie de “cemitério clandestino”, já que esse era o lugar usado por traficantes para as execuções antes da UPP.

Figura 2: Muro da Favela Santa Marta.



Fonte: do autor, 17/09/2014.

4. O muro e a redução da favela:

Deve-se registrar que a implantação do eco- limite sob a forma de muro na favela Santa Marta insere-se numa proposta para combater o crescimento de favelas de forma mais veemente, tendo em vista que os ecolimites implantados até então -de madeira e cabo de aço - não foram avaliados de maneira satisfatória quanto ao cumprimento dos objetivos pretendidos.

Segundo Machado (2013, p. 64), a favela Santa Marta perdeu 125 metros quadrados de área entre 2004 e 2008. Após a construção do muro, a favela seguiu apresentando crescimento negativo, fato que não necessariamente demonstra a eficácia do muro na contenção da favela, pois esta tendência já havia sido verificada no momento anterior à implantação do muro.

Tabela 1- Variação do crescimento horizontal da favela Santa Marta.

Ano	Área horizontal (metros quadrados).
2008	54.877
2009	54.788
2010	53.706

Fonte: Instituto Pereira Passos.

A variação negativa da área da favela Santa Marta no período mencionado acima engloba não apenas a construção do muro, mas também a instalação de Unidade de Polícia Pacificadora, que, como já abordado, trouxe uma nova realidade para as favelas, com a cobrança de taxas de energia elétrica, água, valorização imobiliária, fatos que contribuem para saída de alguns moradores, como já abordado neste trabalho.

5. O debate em torno do muro do Santa Marta:

Uma reunião do governador Sérgio Cabral com secretários em maio de 2008 discutiu a política de contenção de favelas no Rio. Nesta ocasião foram propostas barreiras de contenção ao crescimento das comunidades mais fortes do que os atuais ecolimites, que consistiriam em estradas, imóveis ou muros para conter o crescimento de comunidades (Machado, 2013, p. 61).

Nesta ocasião, o então Secretário Estadual de Meio Ambiente, Carlos Minc afirmou que os eco- limites não conseguiram conter o crescimento das favelas, enquanto a Secretaria Municipal afirmava que a maioria era respeitada pelos moradores. O projeto levado a cabo pelo Governo do Estado através da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) propunha um mesmo padrão para todas as favelas: um muro de concreto com base em vergalhões de ferro, com três metros de altura.

A proposta gerou um imenso debate que dividiu opiniões. Zuenir Ventura, por exemplo, ao comentar o assunto, afirmou que “alguém insinuou que esse recurso é uma espécie de consagração da cidade partida. Espero que essa não tenha sido a intenção dos idealizadores, mas o resultado pode ser o mesmo” (O Globo, 08/04/2009, p. 7). Para o autor, numa cidade onde tudo vira símbolo, as praias, o Pão de Açúcar, o Corcovado “esses paredões de cimento vão ganhar um significado emblemático da pior espécie, evocando exemplos de má fama como o Muro de Berlim, ou da Vergonha, o da Palestina e o dos EUA na fronteira com o México.”

Como solução, o autor sugeria os muros ecológicos, que podem ser não só mais corretos do ponto de vista ambiental como visualmente mais bonitos e sem carregar o estigma do *apartheid*: “agora a opção mais interessante que descobri foi o sansão- do- campo”, um arbusto que cresce rápido, atinge quatro metros de altura, dura mais de cinquenta anos, não exige podas, dá flores brancas oito vezes por ano.” Segundo Ventura, “é ideal como eco- limite, eficaz cerca de proteção, pois forma uma barreira contra invasores, com 300 espinhos por metro quadrado.”

Em abril de 2009, líderes comunitários ligados à FAFERJ (Federação de Favelas do Rio de Janeiro) protestaram contra o projeto do governo estadual de construir muros para separar favelas de áreas verdes. Realizada a pedido da Associação de Moradores da Rocinha, a assembléia dos líderes comunitários reuniu representantes de cerca de 100 favelas e considerou a proposta uma forma de segregação, embora estes líderes comunitários afirmem ser a favor de medidas para impedir o crescimento desordenado de favelas (O Globo, 17/ 04/ 2009, p. 12- “Contenção sim, mas sem muros”).

Para o então presidente da FAFERJ, Rossini Diniz, a ideia de cercar comunidades com muros é o mesmo que transformar as favelas em guetos: “somos a favor dos eco- limites, mas o estado e a prefeitura abandonaram o projeto. Por isso, não deu certo”, afirmou ele.

A reportagem mencionada registra também a pesquisa Datafolha sobre a opinião dos cariocas acerca dos muros. Tal pesquisa constatou que 47% dos moradores de favelas eram favoráveis à medida enquanto 46% eram contrários. Nas áreas próximas às favelas, 50% eram a favor e 40% contrários. Em relação aos que moram longe das favelas, 44% afirmou ser a favor e 46% contra.

A reportagem mencionada indicava a pretensão da prefeitura em plantar ao longo da construção do muro no Santa Marta, uma fileira de árvores conhecidas como Sansão do Campo, acatando a sugestão de Zuenir Ventura.. Segundo o sub- secretário de Meio Ambiente, Altamirando Moraes, as árvores começariam a ser plantadas em 28 de abril junto com o muro de concreto, numa espécie de teste. O Sub- Secretário lembrou que além deste plantio, a Secretaria de Meio Ambiente pretendia fazer o reflorestamento da encosta do Santa Marta.

Para ele, o replantio em encostas havia se mostrado uma forma eficiente para conter a expansão de favelas e cita exemplos de projetos desenvolvidos pela prefeitura com bons resultados, como na APA de São João, em Botafogo, no Morro São José do Operário (Praça Seca) e Morro da Formiga (Tijuca), acrescentando que o cuidado e replantio das mudas seria realizado pelos próprios moradores, auxiliando no controle de novas construções.

Percebe-se, então, a utilização do discurso da educação ambiental para convencer os moradores e legitimar a política de contenção de favelas a partir dos ecolimites.

Como mencionado, a favela Santa Marta foi escolhida para receber o primeiro dos muros planejados pelos Governo do Estado do Rio de Janeiro, que seriam 12 ao total, com 11 na Zona Sul. Sobre as condições de implantação dos ecolimites, era previsto o gasto de R\$ 40 bilhões, recursos provenientes do Fundo Estadual de Conservação Ambiental, o FECAM. A instalação dos muros deveria ocorrer acompanhada de mutirões de reflorestamento nos trechos onde tivesse havido remoções (Machado, 2013, p. 64).

O muro do Santa Marta, portanto, concentrou as discussões em torno ao projeto e resultaram em certo abandono do projeto, depois que esta obra foi terminada, dadas às críticas que o relacionavam às ideias de segregação, discriminação, separação, o que parece ter inviabilizado a continuidade das obras em outras favelas.

Reportagem de O Globo de 17 de abril de 2009 mostra o embate entre teses contrárias e favoráveis ao muro, considerando, para além do aspecto técnico, a questão simbólica. O escritor português José Saramago chegou a lembrar o Muro de Berlim ao se referir ao projeto, enquanto outros analistas admitiram que a construção pode até ser adotada, desde que exaustivamente discutida com os moradores (O Globo, 17/ 04/2009, p. 12).

Alguns estudiosos, no entanto, discordaram da comparação com o Muro de Berlim: “é um exagero, está se radicalizando um pouco, são imagens, figuras de linguagens, metáforas. Eu não acho que é um Muro de Berlim. É claro que o muro, isoladamente, aparecendo como solução, é no mínimo um equívoco” disse o antropólogo Gilberto Velho, que admitiu o uso de barreiras em alguns casos, para proteger a Mata Atlântica ou os moradores: “o importante é manter o diálogo com os moradores”.

Para ele, o cerne do problema é a política de habitação, que “tem que ser séria, contínua e privilegiar o transporte de massa”.

O professor Ricardo Ismael, do Departamento de Sociologia da PUC- RJ, também discordou da comparação com o Muro de Berlim: “discordo da comparação com o Muro de Berlim, que era uma coisa drástica, as pessoas não podiam passar, se passassem, morriam”. Segundo ele, há um conflito social na cidade do Rio de Janeiro que se estende desde 1950 e o muro pode representar o reconhecimento do poder público de que não consegue dialogar com estes setores sociais, “neste caso, também é ruim”.

O então Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, também opinou: “se esse processo do muro for acompanhado de programas sociais do Estado nas comunidades, isso não segrega”. Para ele, “se fosse classe alta ou altíssima, também seria preciso medidas radicais para evitar que as mansões e as casas subissem os morros e tomassem conta da natureza”.

O então governador Sérgio Cabral classificou as manifestações de algumas lideranças comunitárias contra o projeto como “influência do tráfico” e considerou uma “bobagem” a tese de que o muro segrega a cidade: “quem dá palpite sobre o muro, vive com o muro do clube, da propriedade, dos condomínios. Agora o muro virou sinônimo de arbitrariedade? Isso é uma bobagem, existem muros no dia- a- dia, servindo de proteção às pessoas”. Para ele, o muro proporciona a mesma condição que o morador do asfalto tem e acrescenta: “estamos acabando com a cidade partida”.

O então Ministro da Justiça, Tarso Genro, tem outra visão: “sinceramente não conheço o projeto do Rio. Agora, todos os muros que foram erguidos na história da modernidade, não deram certo”.

Já o vice- presidente do Instituto do Arquitetos do Brasil (IAB), concorda com o ministro quanto à conotação negativa do muro: “o discurso está completamente fora do contexto brasileiro. A gente resolve o problema da favela com integração, inclusive econômica. Se ele (o muro) for um delimitador agressivo, vai ser segregador”. E acrescenta a importância de cuidar do simbolismo no Brasil, classificando a proposta como inaceitável.

Neste período, o Santa Marta ganhava uma centralidade em relação às políticas públicas destinadas às favelas, em função deste projeto, da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). Além disso, o fato da favela ter recebido um plano inclinado que funcionou como uma barreira em um dos seus lados, fez com que o eco- limite ganhasse o significado de um cercamento total (Machado, 2013, p. 64).

6. Contenção e regularização na favela Santa Marta.

Vale ressaltar que a contenção da favela Santa Marta, descrita nos parágrafos acima, conviveu com o processo de regularização fundiária neste local. Para isso, o decreto 30.870 (2009) estabeleceu a regularização de todas as edificações existentes na favela naquele momento, para fins de concessão do “habite-se” e inscrição imobiliário, excluindo desse processo todas as moradias com mais de três pavimentos, já que esse havia sido o padrão estabelecido por lei. Foram também proibidas novas construções, com exceção daquelas de iniciativa e responsabilidade do poder público ou destinadas ao reassentamento de moradores situados em áreas de risco e preservação ambiental. Estas edificações poderiam ter até quatro pavimentos. (Cunha & Melo, 2012, p. 462)

Este decreto mostra a intenção de regularizar, mas ao mesmo tempo conter a expansão da favela, pois proíbe a construção de novas moradias e impede a verticalização. A função do decreto, quanto à contenção, complementa a instalação dos ecolimites, que impede a expansão horizontal da favela.

Contudo, houve significativo avanço no processo de regularização, pois em junho de 2010, o Decreto 32.398, finalmente reconheceu as ruas, travessas, praças, largos e escadarias situados na favela Santa Marta como logradouros públicos, o que é etapa fundamental do processo de regularização em curso.

A regularização fundiária, em curso na favela, é expressa também pelas obras de urbanização, financiadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. Houve ainda reordenação do fornecimento de infra-estrutura básica. Atualmente já estão regularizados o fornecimento de água, luz e TV por assinatura, acessando sensivelmente a informalidade dos “gatos” e “gatonets”, práticas até então comum de acesso à TV à cabo e à energia elétrica. Estes aspectos justificam o encarecimento do padrão de vida na favela e a remoção de determinados moradores, que não conseguem acompanhar a oneração do custo de vida, conforme constatado pelo depoimento dos moradores.

Além disso, os conflitos decorrentes desta nova realidade na favela incluem ainda a inviabilização das obras de construção e melhoria de moradias, devido às normas estabelecidas pelo POUZO, que encareceram as construções e impossibilitaram estratégias de expansão das moradias e reprodução do grupo doméstico, como os “puxadinhos” e a “cultura da laje”, este último um espaço importante de sociabilidade na favela, onde múltiplas atividades podem ser realizadas, como festas, “lavagem de roupas”, “banhos de sol”, por exemplo. (Cunha & Melo, 2012, p. 466).

Permeado pela complexidade, então, o ecolimite e as diversas estratégias de contenção da favela Santa Marta, representam um caso emblemático da política de ecolimites implantada na cidade do Rio de Janeiro.

Considerações finais.

Este trabalho buscou retratar o processo de implantação do muro (ecolimite) na favela Santa Marta considerando as especificidades do contexto local e sua inserção no contexto atual das políticas públicas orientadas para as favelas do Rio de Janeiro. Percebeu-se que este projeto relaciona-se com outros, como a Unidade de Polícia Pacificadora e a política de regularização fundiária impactando na vida dos moradores da favela. É interessante observar a relação desta política que objetiva evitar sua expansão para áreas de Mata Atlântica com os dados acerca de sua trajetória, pois a favela obteve diminuição do número de moradores nos últimos anos, além de redução de área horizontal, dado que a favela localiza-se numa região de extrema valorização imobiliária na cidade, é interessante questionar a necessidade ou eficácia deste projeto e indagar acerca dos objetivos deste.

Referências Bibliográficas.

CUNHA, Neiva Vieira & Mello, Marco Antônio da Silva. A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta: notas de campo. IN Mello, Marco Antonio da Silva et al (org).Favelas Cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MACHADO, Ana Brasil. Os ecolimites como dispositivo para a gestão das discontinuidades internas da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/ UFRJ). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

Reportagens jornalísticas.

O Globo, 17/ 04/2009, p. 12.

O Globo, 08/04/2009, p. 7

O Globo, 28/03/2009, p. 16.

Instituições consultadas:

Instituto Pereira Passos (IPP).

Sites visitados:

http://www.amabotafogo.org.br/historia/santa_marta.asp. Último acesso em 01/12/2014.